

ACM e as salsichas

• Ainda como presidente interino, o senador Antônio Carlos Magalhães pode vetar o contrabando embutido numa MP aprovada na semana passada, permitindo a majoração dos contratos com o setor público em até 50%. ACM também pediu ontem à oposição que confira a MP que assinou em cumprimento a um acordo. Mais que o resgate da palavra, o gesto realça a negociação como prática parlamentar superior à barganha.

Mandou ainda averiguar o artigo de outra MP, reeditada pelo Governo no dia 30, anistiando devedores da Sude-ne que desviaram recursos do Finor, no valor aproximado de R\$ 250 milhões. Medida no mínimo inconveniente, comentou com um assessor, no momento em que a seca castiga o povo nordestino.

O artigo sobre os contratos públicos, em MP que altera a Lei de Licitações, tinha redação remissiva, cujo significado não foi alcançado por todos no calor da votação. Permite, segundo denúncia dos deputados Sérgio Miranda e Israel Pinheiro Filho, registrada na sexta-feira por esta coluna, que os contratos sofram termos aditivos de até 50% sobre o valor original. Hoje o limite é de 25%. Um prêmio para as empreiteiras, dizem os deputados. A alteração, feita para atender às obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias, acabaria funcionando como teto legal para o encarecimento de todas as obras públicas.

Ontem, ACM mandou que o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carrero, examinasse o assunto e confirmasse a denúncia dos deputados (que planejavam exatamente procurá-lo). Não quer leis sendo feitas como salsi-

chas, como disse Miranda, citando Bismarck.

Falou ainda com o ministro Clóvis Carvalho, antecipando sua disposição de sancionar o projeto de lei de conversão, vetando o artigo, caso se confirme esta interpretação. Assumiria assim, pessoalmente, o ônus de vetar um artigo originário do próprio Congresso, poupando FH.

A medida provisória que assinou, e cujo texto submeteu ao exame da oposição antes da publicação, cria uma gratificação para os servidores de nível médio da área de ciência e tecnologia. Foi uma concessão negociada com a esquerda para garantir a aprovação de outras MPs. A iniciativa de ACM, além de traduzir o cumprimento da palavra, põe ênfase na negociação da semana passada com a oposição. Foi negociação política, do conteúdo das propostas, um discurso que o Governo põe na mesa mas raramente se dispõe a praticar. Talvez porque prefira outro método de arregimentar a maioria ou sucumbir a ele. ACM assume também, assim, sua responsabilidade pelos acordos feitos, apesar da insatisfação dos setores do Governo, notadamente a Casa Civil e o Ministério da Educação.

O GLOBO

19 MAI 1998